

Proposta para quitar dívida com precatórios do Ipsemg é polêmica

Lia Priscila



Servidores estaduais são contrários à proposta do governo de assumir a dívida de precatórios do Ipsemg

O Projeto de Lei Complementar (PLC) 35/07, que autoriza o Estado a quitar sua dívida com o Ipsemg por meio do pagamento dos débitos com precatórios da autarquia, opõe o Governo do Estado aos sindicatos de servidores públicos. Na reunião de ontem da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o projeto recebeu duras críticas das entidades sindicais, para quem a proposta é simplesmente uma manobra contábil que não resolve os problemas enfrentados pelo instituto na área de atendimento à saúde. A reunião foi solicitada pelo deputado Adelmo Carneiro Leão (PT).

Pelo texto original do PLC 35/07, a dívida com precatórios do Ipsemg seria assumida integralmente pelo Tesouro Estadual. Em março de 2007, o valor dessa dívida era estimado em R\$ 711,2 milhões. Para os sindicatos de servidores, no entanto, o Estado deveria assumir os precatórios e também a dívida do Ipsemg com a assistência à saúde, que estaria na casa do R\$ 1,8 bilhão, segundo cálculo da Auditoria-Geral do Estado apresentado pelo presidente da Associação

dos Contribuintes do Ipsemg, Moisés de Oliveira Melo. “O Estado não pode dar um calote na dívida da saúde para pagar precatórios”, criticou.

Para a presidente do Sindicato dos Servidores do Ipsemg, Antonieta de Cássia Faria, a proposta do governo é uma “maquiagem” prejudicial aos servidores estaduais. “O Ipsemg não precisa de um ajuste contábil, precisa de dinheiro para a saúde”, afirmou. O diretor político do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de Minas Gerais, Geraldo Henrique da Conceição, defendeu que o Estado priorize investimentos para melhorar a qualidade do atendimento à saúde dos servidores, que, segundo ele, vem sendo prestado de forma precária.

Os representantes do Governo do Estado defenderam a proposta de quitação da dívida com precatórios do Ipsemg. Segundo o diretor de Planejamento, Gestão e Finanças do instituto, o atendimento à saúde foi ampliado, e para custeá-lo, são necessários recursos que estão sendo desviados para o pagamento dos precatórios. “Obviamente isso impõe difi-

culdades”, comentou. O assessor especial da Secretaria de Estado da Fazenda, Antônio Eduardo dos Santos, também defendeu que a quitação da dívida com precatórios vai permitir a destinação adequada de recursos para o atendimento à saúde.

O não pagamento dos precatórios pode impor severas restrições ao Estado e ao próprio Ipsemg, alertou o assessor da sessão de precatórios do Tribunal de Justiça, Nassau Jan Louwerens. Caso o Estado não assuma essa dívida, o instituto teria que arcar com repasses mensais da ordem de R\$ 4 milhões. Se os precatórios não forem pagos, o Ipsemg pode ser penalizado com o sequestro de seus bens, por determinação da Emenda à Constituição Federal 62, promulgada no ano passado.

Presenças – Deputados Zé Maia (PSDB), presidente; Antônio Júlio (PMDB), Weliton Prado (PT), Lafayette de Andrada (PSDB), Inácio Franco (PV), Adelmo Carneiro Leão (PT), Carlin Moura (PCdoB), Almir Paraca (PT), Dalmo Ribeiro Silva (PSDB), Hely Tarquínio (PV), Jayro Lessa (DEM) e Paulo Guedes (PT).

IDOSO

Definida a programação de evento

Com a discussão de temas como o envelhecimento da população brasileira, a análise do Estatuto do Idoso e as perspectivas para a promoção de seus direitos, a ALMG se prepara para a realização do Ciclo de Debates *Qualidade de vida e políticas públicas para idosos em Minas Gerais*, que será realizado no dia 27 de maio, no Plenário.

O evento foi solicitado pelo deputado João Leite (PSDB) e tem como objetivo refletir sobre a implementação das políticas públicas do Estado para esse segmento da população, além de discutir os impactos do estatuto na garantia dos direitos dos idosos. Em reunião realizada ontem, as entidades parceiras da Assembleia definiram a programação do evento.

No painel da manhã, será discutido o envelhecimento da população brasileira e sua contextualização. Também será feita uma análise do Estatuto, avaliando-se as perspectivas para a promoção dos direitos do idoso. À tarde, estarão em debate as alternativas para um envelhecimento saudável. Serão avaliadas as políticas públicas para o segmento em Minas Gerais e a atuação do terceiro setor.

Nessa fase da preparação do ciclo de debates estão sendo definidas as formas de mobilização dos participantes e das inscrições prévias. O evento está sendo preparado pela Gerência de Projetos Institucionais (GPI), com a colaboração do Conselho Estadual do Idoso, do Conselho do Idoso de Contagem, do Clube da Maturidade, das prefeituras de Santa Luzia e Contagem e de gabinetes parlamentares.